

LEI Nº 3.737/2014 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

**”ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.”**

EDSON RENATO DIAS, Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Balneário Camboriú para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 631.158.093,34 (seiscentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e oito mil, noventa e três reais e trinta e quatro centavos), sendo R\$ 441.538.108,00 (quatrocentos e quarenta e um milhões, quinhentos e trinta e oito mil, cento e oito reais) do Orçamento Fiscal, e R\$ 189.619.986,00 (cento e oitenta e nove milhões, seiscentos e dezenove mil, novecentos oitenta e seis reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único - Para efeito deste artigo entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social, que serão executadas através das entidades abaixo relacionadas e respectivos valores:

ENTIDADE	VALOR ORÇADO
Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público de BC	10.504.550
Fundo Municipal de Saúde	94.307.020
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	3.880.000
Fundo Municipal da Assistência Social	3.494.298
Instituto de Previdência Social dos Serv. Munic. de Bal. Camboriú	77.434.118
TOTAL	189.619.986

DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Art. 2º - O Orçamento do Município para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 631.158.093,34 (seiscentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e oito mil, noventa e três reais e trinta e quatro centavos) e fixa a Despesa para a Administração Direta em R\$ 494.543.850,34 (quatrocentos e noventa e quatro milhões, quinhentos e quarenta e três mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos) e para a Administração Indireta em R\$ 136.614.243,00 (cento e trinta e seis milhões, seiscentos e quatorze mil, duzentos e quarenta e três reais).

§ 1º - A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	515.581.606
1.1. Receita Tributária	192.238.300
1.2. Receita de Contribuições	24.578.000
1.3. Receita Patrimonial	53.719.850
1.6. Receita de Serviços	46.282.900
1.7. Transferências Correntes	156.339.281
1.9. Outras Receitas Correntes	42.423.275
2. RECEITAS DE CAPITAL	81.223.920
2.1. Operações de Crédito	43.428.715
2.2. Alienação de Bens	290.000
2.4. Transferência de Capital	6.141.205
2.5. Outras de Capital	31.364.000
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	34.352.568
TOTAL	631.158.094

§ 2º - As Despesas do Município serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara de Vereadores	15.120.000
02. Gabinete do Prefeito	22.646.489
03. Secretaria de Gestão Administrativa	38.772.000
04. Secretaria da Fazenda	25.982.730
05. Secretaria de Educação	124.390.879
07. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	71.372.685
08. Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária	33.576.000
09. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico	1.503.000
10. Secretaria do Meio Ambiente	1.589.000
11. Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social	8.521.000
12. Secretaria de Gestão em Segurança e Incolumidade Pública	13.423.000
13. Secretaria da Pessoa Idosa	66.000
19. Conselho Municipal Antidrogas - COMAD	35.000
20. Fundo Municipal de Saúde	94.307.020
21. Fundo Munic. De Melhoria da Polícia Militar	21.000
22. Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente	1.691.000
24. Fundo Rotativo do Bem Estar Social	3.785.000
25. Fundo Municipal de Turismo	4.999.500
26. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	3.880.000
27. Fundo Municipal da Assistência Social	3.494.298
28. Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público de BC	10.504.550
29. Fundo Municipal de Prevenção Conta Sinistro	1.486.700
30. Fundação Municipal de Esportes	6.209.700
31. Fundo Municipal de Trânsito	12.701.500
32. Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor	425.500
33. Fundação Cultural de Balneário Camboriú	3.694.000
34. Instituto de Previdência Social dos Serv. Munic. de Bal. Camboriú	77.434.118

35. Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú	49.276.425
99. Reserva de Contingência	250.000
TOTAL	631.158.094

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	15.120.000
02. Judiciária	16.645.700
04. Administração	54.547.489
06. Segurança Pública	21.146.200
08. Assistência Social	15.996.298
09. Previdência Social	22.414.000
10. Saúde	102.843.370
11. Trabalho	7.500.000
12. Educação	124.390.879
13. Cultura	6.284.000
14. Direitos da Cidadania	1.265.500
15. Urbanismo	100.592.685
16. Habitação	3.785.000
17. Saneamento	47.634.425
18. Gestão Ambiental	4.405.000
23. Comércio e Serviços	6.502.500
27. Desporto e Lazer	6.124.700
28. Encargos Especiais	20.991.730
99. Reserva de Contingência	52.968.618
TOTAL	631.158.094

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1502. Legislativo Atual	15.120.000
1504. Gestão Administrativa Eficiente	39.204.789
1506. Ações Judiciais	16.645.700
1508. Gestão Financeira Equilibrada	25.982.730
1510. Cultura e Arte	3.694.000
1512. Educação em Ação	2.585.000
1514. Educação de Qualidade	121.805.879
1516. Balneário Camboriú Mais Iluminada	8.318.000
1518. Desenvolvimento e Inclusão Social	8.105.000
1520. Assistência Social a Família	3.494.298
1522. Assistência a Criança e ao Adolescente	4.331.000
1524. Apoio ao Trânsito	12.701.500
1526. Prevenção de Sinistros	1.486.700
1528. Apoio ao Consumidor	425.500
1530. Meio Ambiente e Cidadania	3.280.000
1532. Balneário Camboriú – A Rota do Turismo	6.502.500
1534. Conservação do Patrimônio Público	4.788.000
1536. Segurança e Incolumidade Pública	13.444.000
1538. Plano de Saúde para o Servidor	10.504.550
1540. Previdência Social do Servidor	77.434.118

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1542. Saneamento e Qualidade de Vida	41.376.425
1544. Esporte Balneário Camboriú em Ação	6.209.700
1546. Habitação de Interesse Social	3.785.000
1548. Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	7.300.000
1550. Obras e Benfeitorias Urbanas	46.834.685
1552. Gestão Tecnológica da Informação	475.000
1554. Planejar para Prosseguir	3.620.000
1556. Infra-Estrutura Viária	10.455.000
1558. Limpeza Urbana e Paisagismo	5.765.000
1560. Reestruturação das unidades de Saúde Pública	3.142.000
1562. Saúde de Qualidade para Todos	47.532.020
1564. Vigilância em Saúde	3.256.000
1566. Saúde de Média e Alta Complexidade	40.357.000
1568. Operações Urbanas Consorciadas	29.956.000
1570. Drenagem Urbana Sustentável	600.000
1572. Atendimento ao Idoso	66.000
1574. Profissionalização da Gestão Pública	325.000
1576. Reserva de Contingência	250.000
TOTAL	631.158.094

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES	445.947.386
3.1.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	261.807.118
3.2.00.00 Juros e Encargos da Dívida	3.886.000
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes	180.254.268
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	132.242.090
4.4.00.00 Investimentos	125.492.089,63
4.6.00.00 Amortização da Dívida	6.750.000
9.0.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	52.968.618
TOTAL	631.158.094

DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º - O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 465.154.952,83 (quatrocentos e sessenta e cinco milhões, cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos) e fixa a despesa em R\$ 342.148.782,53 (trezentos e quarenta e dois milhões, cento e quarenta e oito mil, setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e três centavos) proporcionando um superávit de R\$ 123.006.170,30 (cento e vinte e três milhões, seis mil, cento e setenta reais e trinta centavos), para cobertura dos déficits Orçamentários das demais entidades da Administração direta e indireta.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	388.222.238
1.1. Receita Tributária	191.604.300
1.2. Receita de Contribuições	6.999.000
1.3. Receita Patrimonial	14.755.650
1.6. Receita de Serviços	106.000
1.7. Transferências Correntes	133.757.088
1.9. Outras Receitas Correntes	41.000.200
2. RECEITAS DE CAPITAL	76.932.715
2.1. Operações de Crédito	43.428.715
2.2. Alienação de Bens	290.000
2.4. Transferências de Capital	1.850.000
2.5 Outras de Capital	31.364.000
TOTAL	465.154.953

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Gabinete do Prefeito	22.646.489
03. Secretaria de Gestão Administrativa	38.772.000
04. Secretaria da Fazenda	25.982.730
05. Secretaria de Educação	124.390.879
07. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	71.372.685
08. Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária	33.576.000
09. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico	1.503.000
10. Secretaria do Meio Ambiente	1.589.000
11. Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social	8.521.000
12. Secretaria de Segurança e Defesa Social	13.423.000
13. Secretaria da Pessoa Idosa	66.000
19. Conselho Municipal Antidrogras – COMAD/BC	35.000
21. Fundo Munic. De Melhoria da Polícia Militar	21.000
99. Reserva de Contingência	250.000
TOTAL	342.148.783

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Judiciária	16.645.700
04. Administração	45.707.789
06. Segurança Pública	12.418.000
08. Assistência Social	8.622.000
11. Trabalho	7.500.000
12. Educação	124.390.879

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
13. Cultura	2.600.000
14. Direitos da Cidadania	840.000
15. Urbanismo	100.442.685
18. Gestão Ambiental	1.589.000
23. Comércio e Serviços	1.503.000
28. Encargos Especiais	19.639.730
99. Reserva de Contingência	250.000
TOTAL	342.148.783

III - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	238.937.098
4.0.00.00 – Despesas de Capital	102.961.685
9.0.00.00 – Reserva de Contingência	250.000
TOTAL	342.148.783

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 4º - O Orçamento da Câmara de Vereadores para o exercício de 2015 fixa a despesa orçamentária em R\$ 15.120.000,00 (quinze milhões e cento e vinte mil reais), que será coberta com a Transferência Financeira (duodécimo) repassada pela Prefeitura.

§ 1º - A Despesa da Câmara de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	15.120.000
TOTAL	15.120.000

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	13.420.000
4.0.00.00 – Despesas de Capital	1.700.000
TOTAL	15.120.000

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 21.784.000,00 (vinte e um milhões, setecentos e oitenta e quatro mil reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 94.307.020,30 (noventa e quatro milhões, trezentos e sete mil, vinte reais e trinta centavos), proporcionando um déficit de R\$ 72.523.020,30

(setenta e dois milhões, quinhentos e vinte e três mil, vinte reais e trinta centavos) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de transferência da União e do Estado, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	21.784.000
1.3. Receita Patrimonial	386.000
1.7. Transferências Correntes	21.398.000
1.9 Outras Receitas Correntes	0,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.4. Transferências de Capital	0,00
TOTAL	21.784.000

§ 2º - A Despesa do FMS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. Saúde	94.307.020
TOTAL	94.307.020

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	90.789.020
4.0.00.00 – Despesas de Capital	3.518.000
TOTAL	94.307.020

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE

Art. 6º - O Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente - FUNDEMA para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 436.000,00 (quatrocentos e trinta e seis mil reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 1.691.000,00 (um milhão, seiscentos e noventa e um mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.255.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, receita de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	10.000
1.3. Receita Patrimonial	8.000

1.6. Receita de Serviços	1.000
1.9. Outras Receitas Correntes	1.000
2. RECEITAS DE CAPITAL	426.000
2.4 Transferência de Capital	426.000
TOTAL	436.000

§ 2º - A Despesa do FUNDEMA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
18. Gestão Ambiental	1.691.000
TOTAL	1.691.000

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 Despesas Correntes	1.015.000
4.0.00.00 Despesas de Capital	676.000
TOTAL	1.691.000

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTROS

Art. 7º - O Orçamento do Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros – FUMPRESI para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 1.486.700,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil e setecentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.286.700,00 (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil e setecentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	200.000
1.3. Receita Patrimonial	200.000
TOTAL	200.000

§ 2º - A Despesa do FUMPRESI será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
06. Segurança Pública	1.486.700
TOTAL	1.486.700

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	346.700
4.0.00.00 – Despesas de Capital	1.140.000
TOTAL	1.486.700

DO ORÇAMENTO DO FUNDO ROTATIVO DO BEM ESTAR SOCIAL

Art. 8º - O Orçamento do Fundo Rotativo do Bem Estar Social – FURBES para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 3.140.000,00 (três milhões cento e quarenta mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 3.785.000,00 (três milhões setecentos e oitenta e cinco mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 645.000,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial e transferência de capital, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	16.000
1.3. Receita Patrimonial	16.000
2. RECEITAS DE CAPITAL	3.124.000
2.4 Transferência de Capital	3.124.000
TOTAL	3.140.000

§ 2º - A Despesa do FURBES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
16. Habitação	3.785.000
TOTAL	3.785.000

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	205.000
4.0.00.00 – Despesas de Capital	3.580.000
TOTAL	3.785.000

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 9º - O Orçamento do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 672.100,00 (seiscentos e setenta e dois mil e cem reais) e fixa a

Despesa Orçamentária em R\$ 4.999.500,00 (quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil e quinhentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 4.327.400,00 (quatro milhões, trezentos e vinte e sete mil e quatrocentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, receita de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	672.100
1.1. Receita Tributária	634.000
1.3. Receita Patrimonial	38.000
1.9 Outras Receitas Correntes	100
TOTAL	672.100

§ 2º - A Despesa do FUMTUR será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
23. Comércio e Serviços	4.999.500
TOTAL	4.999.500

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	4.934.500
4.0.00.00 – Despesas de Capital	65.000
TOTAL	4.999.500

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 10. - O Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 246.800,00 (duzentos e quarenta e seis mil e oitocentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 3.880.000,00 (três milhões, oitocentos e oitenta mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 3.633.200,00 (três milhões, seiscentos e trinta e três mil e duzentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, transferências correntes e de outras receitas correntes provenientes de multas, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	246.800

1.3. Receita Patrimonial	26.800
1.7. Transferências Correntes	200.000
1.9. Outras Receitas Correntes	20.000
TOTAL	246.800

§ 2º - A Despesa do FMDCA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	3.880.000
TOTAL	3.880.000

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	3.581.200
4.0.00.00 – Despesas de Capital	298.800
TOTAL	3.880.000

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 11. - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.739.297,51 (hum milhão, setecentos e trinta e nove mil, duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e um centavos) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 3.494.297,51 (três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e um centavos), proporcionando um déficit de R\$ 1.755.000,00 (hum milhão e setecentos e cinquenta e cinco mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, transferências correntes e capital, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	998.093
1.3. Receita Patrimonial	22.900
1.7. Transferências Correntes	974.193
1.9. Outras Receitas Correntes	1.000
2. RECEITAS DE CAPITAL	741.205
2.4. Transferências de Capital	741.205
TOTAL	1.739.298

§ 2º - A Despesa do FMAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	3.494.298
TOTAL	3.494.298

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	2.352.093
4.0.00.00 – Despesas de Capital	1.142.205
TOTAL	3.494.298

DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Art. 12. - O Orçamento do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR, para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 10.594.550,00 (dez milhões, quinhentos e noventa e quatro mil e quinhentos e cinquenta reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 10.504.550,00 (dez milhões, quinhentos e quatro mil e quinhentos e cinquenta reais), proporcionando um superávit de R\$ 90.000,00, (noventa mil reais) que deverá ser transferido para a Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições, patrimonial e receitas intra-orçamentárias discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	6.409.000
1.2. Receita de Contribuições	6.209.000
1.3. Receita Patrimonial	200.000
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	4.185.550
7.2 Receita de Contribuições	4.185.550
TOTAL	10.594.550

§ 2º - A Despesa do FUNSERVIR será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	1.968.200
10. Saúde	8.536.350
TOTAL	10.504.550

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	10.083.550
4.0.00.00 – Despesas de Capital	421.000
TOTAL	10.504.550

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Art. 13. - O Orçamento do Fundo Municipal de Trânsito - FUMTRAN para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 12.701.500,00 (doze milhões, setecentos e um mil e quinhentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 12.336.500,00 (doze milhões, trezentos e trinta e seis mil e quinhentos reais), que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	335.000
1.3. Receita Patrimonial	335.000
TOTAL	335.000

§ 2º - A Despesa do FUMTRAN será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	5.310.000
06. Segurança Pública	7.241.500
15. Urbanismo	150.000
TOTAL	12.701.500

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	12.164.000
4.0.00.00 – Despesas de Capital	537.500
TOTAL	12.701.500

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Art. 14. - O Orçamento do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor - FMDC para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 340.500,00 (trezentos e quarenta mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 425.500,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil e quinhentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	340.500
1.3. Receita Patrimonial	40.500
1.9. Outras Receitas Correntes	300.000
TOTAL	340.500

§ 2º - A Despesa do FMDC será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
14. Direitos da Cidadania	425.500
TOTAL	425.500

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	326.500
4.0.00.00 – Despesas de Capital	99.000
TOTAL	425.500

DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Art. 15. - O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes - FME para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 6.209.700,00 (seis milhões, duzentos e nove mil e setecentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 6.193.700,00 (seis milhões, cento e noventa e três mil setecentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	16.000
1.3. Receita Patrimonial	15.000
1.9. Outras Receitas Correntes	1.000
TOTAL	16.000

§ 2º - A Despesa da FME será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	60.000
27. Desporto e Lazer	6.124.700
28. Encargos Especiais	25.000
TOTAL	6.209.700

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	6.054.700
4.0.00.00 – Despesas de Capital	155.000
TOTAL	6.209.700

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Art. 16. - O Orçamento da Fundação Cultural de Balneário Camboriú - FCBC para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 88.350,00 (oitenta e oito mil trezentos e cinquenta reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 3.694.000,00 (três milhões, seiscentos e noventa e quatro mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 3.605.650,00 (três milhões, seiscentos e cinco mil e seiscentos e cinquenta reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, receita de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	
1.3. Receita Patrimonial	20.000
1.6. Receita de Serviços	50.350
1.7. Transferências Correntes	10.000
1.9 Outras Receitas Correntes	8.000
TOTAL	88.350

§ 2º - A Despesa da FCBC será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
13. Cultura	3.684.000
28. Encargos Especiais	10.000
TOTAL	3.694.000

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
----------------------	--------------

3.0.00.00 – Despesas Correntes	3.229.000
4.0.00.00 – Despesas de Capital	465.000
TOTAL	3.694.000

**DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**

Art. 17. - O Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú - BCPREVI para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 77.334.118,00 (setenta e sete milhões, trezentos e trinta e quatro mil e cento e dezoito reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 77.434.118,00 (setenta e sete milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil e cento e dezoito reais) proporcionando um déficit de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições previdenciárias, patrimoniais, outras receitas correntes e receitas intra-orçamentárias correntes discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	48.122.000
1.2. Receita de Contribuições	11.370.000
1.3. Receita Patrimonial	36.501.000
1.9. Outras Receitas Correntes	251.000
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	29.212.118
7.2 Receita de Contribuições	24.274.118
7.9 Outras Receitas Correntes	4.938.000
TOTAL	77.334.118

§ 2º - A Despesa do BCPREVI será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	1.501.500
09. Previdência Social	22.414.000
28. Encargos Especiais	800.000
99. Reserva de Contingência	52.718.618
TOTAL	77.434.118

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	24.645.500
4.0.00.00 – Despesas de Capital	70.000
9.0.00.00 – Reserva de Contingência	52.718.618
TOTAL	77.434.118

**DO ORÇAMENTO DA EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ**

Art. 18. - O Orçamento da Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 49.076.425,00 (quarenta e nove milhões, setenta e seis mil e quatrocentos e vinte e cinco reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 49.276.425,00 (quarenta e nove milhões, duzentos e setenta e seis mil e quatrocentos e vinte e cinco reais), proporcionando um déficit de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de serviços, outras receitas correntes, receitas intra-orçamentárias correntes, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	48.121.525
1.3 Receita Patrimonial	1.155.000
1.6 Receita de Serviços	46.125.550
1.9 Outras Receitas Correntes	840.975
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	954.900
TOTAL	49.076.425

§ 2º - A Despesa da EMASA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
17. Saneamento	47.634.425
18. Gestão Ambiental	1.125.000
28. Encargos Especiais	517.000
TOTAL	49.276.425

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	33.863.525
4.0.00.00 – Despesas de Capital	15.412.900
TOTAL	49.276.425

Art. 19. - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art 5º, Portaria STN nº 163/2001, art 8º e demonstrativo de riscos fiscais e providências da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, conforme abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Passivos Contingentes – RPPS	1.000.000
Passivos Contingentes – DEMAIS	5.250.000
Demais Riscos Fiscais	13.000.000
TOTAL	19.250.000

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de passivos contingentes especificados no demonstrativo de riscos fiscais e providências.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os passivos contingentes e demais riscos fiscais previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

Art. 20. - Os recursos da Reserva de Contingência da Unidade Gestora Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú – BCPREVI, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

Art. 21. - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recurso e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

§ 3º - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 22 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único – Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro, não contarão para apuração do limite disposto no artigo anterior.

Art. 23. - Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no artigo 21 desta Lei.

Parágrafo único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a unidade, a função, a sub-função, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

Art. 24. - As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 25. - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 26. - Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal 4.320/1964.

Art. 27. - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recurso para abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Poder Executivo ou para os créditos especiais através de autorização legislativa específica.

Art. 28. - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal está autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 29. - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 30. - Fica o Executivo Municipal Autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, diretamente ou através de seus órgãos da Administração direta ou indireta, bem como, EPAGRI, CIASC, FUNSET, IBAM, FECAM, CNM, AMFRI, UFSC, UDESC e demais Universidades e Faculdades.

Art. 31. - Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir recursos Orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo, demonstrando o montante máximo dos repasses.

Parágrafo único - A transferência de recursos financeiros às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância do Artigo 29 a 32 e 53 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015.

Art. 32. - A presente Lei irá vigorar durante o exercício de 2015, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015.

Balneário Camboriú (SC), 18 de dezembro de 2014.

Edson Renato Dias
Prefeito Municipal